

A complexa relação entre educação, pobreza e desigualdade social

Silvia Cristina Yannoulas

Adir Valdemar Garcia

A pobreza e as desigualdades sociais são temas extremamente complexos e as concepções, causas e soluções a respeito desses dois fenômenos são diversas. A falta de educação, no sentido da escolarização, é apontada em muitos estudos como uma das principais causas da pobreza, sendo o acesso à escola apresentado como solução. Para os que assim entendem, pessoas escolarizadas conseguem responder às demandas do mercado e, portanto, têm maiores possibilidades de acesso a emprego, o que permitiria a saída da condição de pobreza, diminuindo as desigualdades sociais. Outros estudos discordam dessa análise e, apesar de defenderem o direito à educação, não veem nela a solução para o combate, muito menos para a erradicação da pobreza (Garcia, 2012).

Devido à multideterminação da relação entre educação, pobreza e desigualdade social (Yannoulas, 2013), as abordagens possíveis ao tema são igualmente múltiplas. Entendemos ser necessário aprofundar as análises a respeito, visto que a dinâmica social, apesar da manutenção de sua ossatura, apresenta situações conjunturais que merecem atenção. Não pretendemos esgotar todas elas neste número da revista *Em Aberto*, mas sim outorgar ao leitor o “caminho das pedras” para construir sua visão da problemática e os percursos possíveis na exploração crítica do tema.

Na seção *Enfoque – Qual é a questão?*, com o artigo “Educação, pobreza e desigualdade social”, Adir Valdemar Garcia e Silvia Cristina Yannoulas apresentam algumas reflexões sobre a universalidade e a obrigatoriedade escolar na educação básica, considerando as tensões, os conflitos e as contradições educacionais na ordem do capital. Trazem também uma reflexão sobre as possíveis alterações decorrentes

da condicionalidade estabelecida pelo Programa Bolsa Família com relação à permanência das crianças na escola e à sua condição de pobreza, visto que a obrigatoriedade escolar já era uma questão constitucional anteriormente estabelecida.

A seção *Pontos de Vista* inicia-se com as perspectivas internacionais e comparadas elaboradas por Xavier Bonal, da Espanha, e Mónica Cecilia Girolami, da Argentina. No primeiro artigo, intitulado “Incentivos a la demanda y racionalidades de elección escolar: reflexiones en entornos de pobreza”, o foco do autor é a compreensão da relação entre educação e pobreza no contexto mais amplo dos processos de globalização-mundialização do capitalismo atual. Bonal examina criticamente as propostas de *voucher* escolar, apresentadas por organismos internacionais, empresários e governos como incentivos de mercado para influenciar a demanda educacional das populações em situação de pobreza. Em “Educación y trabajo: jóvenes nini en Brasil y Argentina”, Girolami compara as trajetórias educativo-laborais dos jovens que vivem no Morro do Alemão e Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e nas vilas miséria¹ de Retiro e Villa Soldati, na cidade de Buenos Aires. A autora apresenta a situação das primeiras gerações formadas em contexto de condicionalidade escolar, na Argentina e no Brasil, que atualmente se encontram, em grande medida, na situação de “não estuda nem trabalha” (a denominada “geração nem-nem”).

Tempo e espaço constituem importantes coordenadas para uma abordagem crítica dos fenômenos sociais. A discussão a partir do ponto de vista do direito à educação *versus* qualidade dos serviços ofertados, considerando a variável espacial ou geográfica será apresentada por Adriana Dragone Silveira, Andrea Barbosa Gouveia, Gabriela Schneider e Marcos Ferraz no artigo “O direito à educação dos alunos em situação de pobreza: uma problematização das condições de qualidade com base no perfil dos professores”. Os autores realizaram pesquisa utilizando o banco de dados do Sistema Presença do Ministério da Educação (MEC), especificamente analisando a etapa do ensino fundamental e verificando a distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família por série, por rede de ensino, por região e estado. O objetivo da análise é compreender as condições de trabalho do magistério como elemento importante para a qualidade da oferta, sob dois aspectos: o tipo de vínculo e as condições de formação.

Considerando a coordenada analítica temporal, contamos com a análise de Ana Maria Clementino e Dalila Andrade Oliveira, no artigo “Novos sujeitos docentes e suas condições de trabalho: uma comparação entre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral”, sobre os impactos no trabalho escolar decorrentes da implementação da jornada escolar integral como uma das estratégias para garantir a permanência dos alunos em situação de pobreza no sistema educacional. As autoras analisam, especificamente, o Programa da rede municipal de Belo Horizonte e o Projeto da rede estadual de Minas Gerais.

Objetivando destacar os desafios e as perspectivas colocadas às políticas públicas, especialmente as de educação e de assistência social, Simone Medeiros

¹ Termo utilizado na Argentina para designar favelas.

nos oferece uma análise das potencialidades e dos limites do Programa Bolsa Família no artigo “Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social: concepção e instituição”. A Iniciativa se caracteriza como a primeira proposta, na história da educação brasileira, a abordar o problema a partir de diagnósticos socioeducacionais e territorializados da pobreza nas escolas públicas, vinculada diretamente à principal política de inclusão social do País: o Programa Bolsa Família.

A preocupação com a relação entre políticas de assistência social, educacional e de emprego constitui eixo fundamental do artigo apresentado por Eliana Bolorino Canteiro Martins e Ney Luiz Teixeira de Almeida, intitulado “A expansão desigual das ofertas educacionais no Brasil do século 21”. Os autores desenvolvem reflexões em torno da reatualização dos discursos de enfrentamento da pobreza que advêm do Banco Mundial, problematizando as expressões contraditórias desse processo que envolve a intensificação da exploração do trabalho e de expropriações secundárias sobre o trabalho, para desmistificar o discurso de que mais educação é igual a menos pobreza.

Na seção *Espaço Aberto*, instigante entrevista realizada por Ana Maria Alves Saraiva com Miguel G. Arroyo, intitulada “Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil”, permite problematizar, simultaneamente, duas políticas públicas: a de assistência social e a educacional. O entrevistado propõe a radicalização da análise da relação pobreza-educação, vinculando essa relação com as injustiças sociais, em tempos difíceis, quando os direitos humanos são golpeados, o direito à aposentadoria é adiado, as políticas adotadas levam ao aumento do desemprego e se limitam os gastos voltados para a garantia dos direitos sociais.

Para somar à discussão, o leitor conta com uma seleção de trechos do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Sob o título “Será que os pobres de outro país sofrem igual aos pobres do Brasil?”, temos o relato de uma mulher negra e semianalfabeta que nos convida a refletir acerca dos obstáculos impostos a uma população que luta diariamente por condições mínimas de subsistência. O diário foi traduzido em mais de treze línguas, sendo compreendido internacionalmente como representação singular da realidade urbana brasileira.

Para complementar a abordagem da temática, oferecemos ao leitor duas ferramentas importantes. Na seção *Resenhas*, elaboradas, respectivamente, por Danielle Torri, “Diferentes faces da complexa relação entre desigualdade, educação e pobreza”, e Apoliana Regina Groff, “Escolarização pública de jovens pobres e a (re) produção de desigualdades”, as análises dos livros *Desigualdades educacionais & pobreza*, organizado por Murilo Fahel, Xavier Rambla, Bruno Lazzarotti e Carla Bronzo; e *Trajatórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*, de Mônica Peregrino. A segunda ferramenta fundamental encontra-se na seção *Bibliografia Comentada*, elaborada por Natália de Souza Duarte e Samuel Gabriel Assis, os quais apresentam títulos que demarcam os contornos da reflexão sobre o tema.

Convidamos os leitores a refletirem sobre o tema em aberto, compreendendo que a escola, na ordem do capital, também é *locus* de embates e antagonismos, e que o ingresso de uma população pobre, anteriormente excluída, em seu interior,

tende a escancarar essa sua condição. A discussão aqui proposta deve nos levar a refletir sobre algumas questões: A sociabilidade que o capitalismo pode propiciar é a que queremos e defendemos? Se não, há outra possível? Qual seria o papel da escola na construção de uma sociabilidade alternativa?

Finalmente, cabe destacar que este número da revista *Em Aberto* é resultado da consolidação de parcerias construídas ao longo do Projeto Política Educacional e Pobreza – realizado pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), da Universidade de Brasília, no contexto do Edital 038/2010 do Programa Observatório da Educação –, e da caminhada da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social, em execução por 15 universidades nacionais. Agradecemos aos parceiros e parceiras e convidamos você a realizar uma leitura crítica desta publicação, pensando-a como uma construção coletiva.

Boa leitura!

Silvia Cristina Yannoulas

Adir Valdemar Garcia

Organizadores

Referências bibliográficas

GARCIA, Adir V. *A pobreza humana: concepções, causas e soluções*. Florianópolis: Em Debate, 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). *Observatório da Educação*. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/observatorio-da-educacao>> .

YANNOULAS, Silvia C. Literatura recente sobre uma antiga problemática. In: YANNOULAS, Silvia C. (Org.). *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: LiberLivro, 2013, p. 25-65. Disponível em: <http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc_RelatorioFinalAtividades2013_Anexo12_Livro.pdf> . Acesso em: 16 jan. 2017.